

UM ENSAIO: PSICOSE E A INTERLOCUÇÃO ENTRE OS SUJEITOS DE DESCARTES E LACAN

Gabriel Nascimento Felix¹

O presente artigo é um ensaio sobre perspectiva teórica-conceitual de cunho epistemológico. A concepção do artigo prossegue uma reflexão edificada na obra *Sujeito da Psicanálise* por Marcelo Fonseca Gomes de Souza com o objetivo de indagar a episteme do sujeito em estado psicótico. Após selecionar o ponto referencial a partir do primeiro capítulo do livro, denominado de “Descarte com Lacan”, é tanto descrito o sujeito científico, condicionante do pensamento cartesiano quanto o sujeito psicanalítico, pela perspectiva lacaniana. Portanto, o ponto de partida para a consecução alígero do objetivo é oriunda, justamente, do estudo dos pontos de interseção e discrepância entre ambos sujeitos. É cogitado o assujeitamento do estado psicótico, a partir da polarização antagônica, entretanto, convergente, em alguns tópicos, desses sujeitos. Assim, no desfecho do artigo, é tentado, a partir de indicações, em diálogo com o seminário 3 de Lacan “As psicoses”, propor questionamento acerca do sujeito na psicose.

¹ Graduando Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e Psicologia pela Universidade Federal Do Recôncavo da Bahia, membro do Ocupação Psicanalítica e do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Saúde. É extensionista no projeto "Saúde do Campo para Áreas de Reforma Agrária", também, do projeto aproximações do Grupo Brasileiro de Pesquisa Sándor Ferenczi.

A autoria do pensamento cartesiano é arquitetada, a partir do desejo de Descartes, “na busca por uma certeza inquestionável que seja capaz de dar suporte à verdade da construção de uma dada proposição de saber acerca das coisas da realidade” (SOUZA, 2013, p. 47). Esse desejo, embora, não exclusivo à ele, lhe permite a reelaboração do objeto de estudo do sujeito científico, fomentado pela cisão que a produção reflexiva do autor infringe na filosofia que o antecede, “A constituição do saber, antes obtida pela confrontação do pensamento à realidade do ser, sofre, a partir dele, uma inversão diametral. O sujeito torna-se o lugar tenente da ancoragem do saber” (SOUZA, 2013, p. 47).

O pensamento cartesiano é qualificado pela cisão radical, em relação aos seus precedentes, oriundo da afirmação “eu penso, logo eu existo” - condensada na expressão do latim “cogito ergo sum” -, referenciado no *Discurso do Método* (DESCARTES, 1637/1999).

Percebi que, ao mesmo tempo em que eu queria pensar que tudo era falso, fazia-se necessário que eu que pensava, fosse alguma coisa. E, ao notar que esta verdade: eu penso, logo existo, era tao sólida e tão correta que as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de lhe causar abalo, julguei que podia considerá-la, sem escrúpulo algum, o primeiro princípio da filosofia que eu procurava. (DESCARTES, 1637/1999, p. 62).

A etiologia do pensamento cartesiano atinge, abstendo-se da apuração de sua eficácia metodológica, a sustentação do sujeito como

central para a mediação universal, garantindo, portanto, “a validade universal da cadeia dos saberes” (SOUZA, 2013, p. 48). Logo, “A partir da certeza inabalável do Cogito, observa-se que tudo que é, é para um sujeito. O sujeito, como *conditio sine quanon* de possibilidade para tudo que é torna-se (...) o mediador universal de todas as coisas que são” (GONTIJO, 1996, p. 155). Dito isso, é como se opera o pensamento cartesiano que nos é apresentado o sujeito científico, não meramente, também, o seu desejo, enquanto sujeito científico, de experienciar a articulação científica.

A premissa de dúvida como centralização da pureza e solidez de uma certeza inquestionável, orienta o surgimento do sujeito como operante irreduzível da inquirição, ou seja, “(...) compreendi então, que eu era uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de lugar algum, nem depende de qualquer coisa material” (DESCARTES, 1937/1999, p. 62). Portanto, o sujeito é incipiente, no surgimento de si, enquanto sujeito científico, da condição “de representação de toda representabilidade” (TEIXEIRA, 1991, p. 66). O pensamento cartesiano infere, pela sua lógica filosófica, a existência objetificada de algo que opera irreduzivelmente à articulação de um método de averiguação e mediação do universo das coisas como são.

A proposição cartesiana acerca do sujeito científico o qualifica singularmente por sua função, cogitar. Entretanto, o sujeito é categorizado por um esvaziamento ressarcido que resulta na

elucidação de um sujeito “elevado à categoria do existente imprescindível para dar suporte a toda e qualquer representação possível da realidade” (SOUZA, 2013, p. 60). Essa condição, no método cartesiano (DESCARTES, 1637/1999), condiciona esse sujeito, agora, como passível de uma articulação da experiência científica.

Enfim identificado o sujeito científico e sua operação passível da elucidação da experiência científica, é inevitável a indagação: “(...) como escapar do solipsismo subjetivistas para estabelecer, na sequência, a cadeia diacrônica do saber científico?” (SOUZA, 2013, p. 62). Ora, a lógica do *cogito ergo sum* implica na continuidade do pensamento para ratificação da existência do ser, mesmo que enquanto uma substância irreduzível ao cogitar, ao pensar. Isso ocasiona no circuito ininterrupto do pensamento, incapaz de atingir a mediação do universo afora da relação entre a *coisa pensante* e o pensamento. Veja bem, “O sujeito seria como uma mônada. Fechando em si, o único alimento da sua alma seria a busca incessante para continuar garantindo-se do fato de sua existência” (SOUZA, 2013, p. 63).

“Sem dúvida, essa é uma objetividade completamente exígua, visto que, para se sustentar no tempo, a *coisa pensante* precisa manter-se continuamente pensando em si mesma” (SOUZA, 2013, p. 60). Isso, conseqüentemente, contraria, portanto, o preceito do sujeito ser, também, o mediador universal das coisas como são (GONTIJO, 1996). Logo, Descartes (1614/1999), evidenciando que há a existência

de algo - Deus - que sustenta a operação do circuito mencionado, torna o sujeito passivo da “(...) redescoberta do mundo existente fora do seu pensamento” (SOUZA, 2013, p. 63).

Deus, dito isso, para Descartes, é a causa fundamental da *coisa pensante* condicionar sua existência pensando, portanto, ele evidencia “que deve existir ao menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto em seu efeito: por que, de onde é que o efeito pode tirar sua realidade a não ser de sua causa?” (DESCARTES, 1641/1999), p. 276). Não obstante, a ideia de Deus

corresponde à ideia de perfeição e se a ideia de perfeição não admite negatividade, logo Deus não pode ser apenas uma ideia destituída de existência. Neste caso, se verificaria a falta de algo, o atributo de existir. Uma ideia que é tão somente uma ideia, sem correspondente de existência, é uma ideia imperfeita. se Deus foi definido como uma ideia perfeita, ele não pode estar privado de um atributo sequer, muito menos do atributo da existência. Se Deus equivale à perfeição, não pode não existir. Logo, Deus existe, e não é apenas uma conjuntura à qual falta existência. (DUNKER, 2008, p.13-14).

A ideia de Deus, para Descartes, procede a implicância de uma ideia perfeita que não poderia ser pensada contida no pensamento de algo imperfeito que a pense, visto isso, existindo de antemão ao pensar de algo imperfeito, da *coisa pensante*, ratifica-se por, justamente, atribuir “(...) a existência dessa ideia a alguma causa real que seja externa a mim. Afinal, é impossível que a composição da representação ‘perfeita absoluta’ retire sua ocorrência da ação perfor-

mática de uma ideia imperfeita” (SOUZA, 2013, p.64). Portanto, a lógica cartesiana, define a existência de Deus, ideia perfeita, como assunção para a garantia dos erros do pensamento desvinculados à Deus, visto que “Os erros do meu juízo não devem ser atribuíveis a Deus, mas, tão somente, à carência de perfeição que caracteriza os limites do meu entendimento” (SOUZA, 2013, p. 66). Isso infere que tudo pensado com *clareza*² e *distinção*³ está correto, assimilando-se a ideia de Deus e, por este mesmo motivo, assegura-se que aquilo que é pensado com clareza e distinção existe pela garantia divina, “Deus é, portanto, a garantia da verdade e da universalidade de todo pensamento claro e distinto” (SOUZA, 2013, p. 66).

A prossecução do pensamento cartesiano é retomada por Heidegger, onde seu pensamento será utilizado como elo entre o sujeito científico e psicanalítico, sob perspectiva lacaniana. O evidenciado, por Heidegger, induz à *coisa pensante* a representação de si como precedente a todo pensamento incipiente, ou seja, “Todo ‘ego cogito’ (“eu penso”) é: ‘cogito me cogitare’ (“penso me pensar”)” (HEIDEGGER, 1961/1971, p. 124). Dito isso, no sentido concêntrico de sua releitura, o autor implica que

² “A clareza diz respeito à simplicidade da percepção de uma representação” (SOUZA, 2013, p.62).

³ “A distinção implica, necessariamente, a separação nítida de uma representação em relação a todas as outras com as quais poderia se confundir” (SOUZA, 2013, p.62).

O eu que representa é muito mais essencial e necessariamente vem correpresentado em todo o “eu represento”, ou seja, como algo para o que, de volta ao que e diante do que toda coisa representada é posta. Para isso, não preciso de um retorno explícito a mim, aquele que está representando. Na intuição imediata de alguma coisa, em toda reatualização, reevocação, em toda lembrança, em toda expectativa, o que é representado pelo ato de representar me é representado a *mim*, colocando diante *de mim*, de tal modo que eu próprio não me torno por meio disso o objeto de uma representação - não obstante, estou presente “a mim” numa representação objetiva, e de fato somente em tal representação. Dado que todo ato de representar apresenta o homem que representa o objeto, o homem que o representa é “representado implicitamente” de maneira singular e reservada. (HEIDEGGER, 1961/1971, p. 125⁴).

O sujeito da psicanálise detém sua centralização na partícula, dentro da conjuntura filosófica do *cogito ergo sum*, no *ergo*. Lacan indica que “se evidencia que nada é falado senão apoiando-se na causa” (LACAN, 1966/1998, p. 879). A ênfase à partícula do *ergo* explicita o intervalo entre o *cogito* e *sum*, onde indicia-se a sustentação do predicado, referente ao pensamento cartesiano, diante da incipiência ou aparecimento de um sujeito, o sujeito psicanalítico, ou seja, “Ele é, tão somente, a partícula da precipitação de uma certeza evidente: a de que o sujeito existe como o lugar de sustentação do pensamento” (SOUZA, 2013, p. 89).

Em contraposição ao sujeito científico, o sujeito cartesiano, enraizado no pensamento lógico e consciente-de-si alegando *clareza* e *distinção*, a partir do racional, “a psicanálise acolhe essa falta radical

⁴ Tradução de Marcelo Fonseca Gomes de Souza.

que origina o desejo” (SOUZA, 2013, p.97). Portanto, é extraído da preposição a indagação acerca do desejo do sujeito psicanalítico, de onde que ele surge? Dito isso, a partir da interlocução da incipiência de desejo, adentramos o espaço dialógico entre ambos sujeitos psicanalítico e científico, operando sob seus interstícios e suas interdições.

Ora, retomando ao *Cogito ergo sum*, a partícula *sum* nos impõe, em analogia, a validação consecutiva, seriada da existência da *coisa pensante* oriunda da noção da ratificação pela ideia perfeita, a ideia de Deus, “Descartes, nesse segundo momento, recoloca Deus em jogo. Deus, por retroação, sustenta a permanência da sua existência como ser pensante” (SOUZA, 2013, p. 95). Porém, Lacan, retoma a partícula *sum* considerando a valência, para Descartes, de Deus reconhecendo como traço unário (*einzigster zug*) freudiano, um suporte a identificação identitária (TEIXEIRA, 1991). É na premissa do contato com o campo do Outro⁵ que surge a falta, e assim, oriunda-se o desejo como solução a essa ausência. Este sujeito desejante que *falta-a-ser* dimana do cometimento ao Outro, “mas que não encontra nesse Outro a garantia da sua identidade” (SOUZA, 2013, p.96). Portanto, “o sujeito da psicanálise, assim como o sujeito cartesiano no segundo instante do método, deve ser pensado a partir da sua referência intrínseca ao campo do Outro” (SOUZA, 2013, p. 95).

⁵ “Posso apenas indicar a consequência prodigiosa que teve esta recolocação de verdade entre as mãos do Outro, aqui Deus perfeito, cujo negócio é a verdade, pois o que quer que ele tenha querido dizer, sempre será verdade” (LACAN, 1964/1998, p. 39)

O sujeito psicanalítico, por ter sua natureza atributiva à ausência, este urge da *dessubstancialização*, ou seja, “Ele é encontrado no lugar da queda de toda garantia externa de saber” (SOUZA, 2013, p.95). Não obstante, este sujeito revela sua pontualidade na manifestação do ponto de desfalecimento do sentido, a qual, eventualmente, se evanesce, pois sustenta, se não, apenas o instante mínimo de uma enunciação, logo “O sujeito da psicanálise, encontrado nos interstícios do discurso é, como sujeito do primeiro momento do método cartesiano, um existente (a) *dessubstancializado*, (b) *pontual*, (c) *evanescente*” (SOUZA, 2013, p. 95).

Em suma, Descartes submete a falta, no contato com o Outro, na incógnita do desejo de Deus, renunciando-se de seu desejo concomitante a sua submissão à garantia divina de validação temporal, “Descartes ao deparar-se com o ponto de falta, lugar onde seu desejo é articulado, livra-se da sua experiência vertiginosa pelo artifício da submissão a Deus” (SOUZA, 2013, p. 98), categorizando o sujeito científico. Enquanto, “O sujeito da psicanálise, de modo oposto, ao buscar no Outro uma garantia para o tamponamento da falta, encontra, nele, somente a marca da incompletude” (SOUZA, 2013, p. 98). Ao abordarmos ambos os sujeitos, psicanalítico e científico, retomo as indagações centrais do artigo: Há um sujeito na psicose? Como ele intersecciona com os sujeitos psicanalítico e científico?

“(…), fazendo-nos distinguir o sujeito, aquele

que fala, e o outro com o qual ele está preso na relação imaginária, centro de gravidade do seu eu individual, e no qual não há palavra. Esses termos nos permitirão caracterizar de maneira nova psicose e neurose” (LACAN, 1955, p. 54).

Isso nos implica cogitar a centralização do sujeito da psicose, se há um, na partícula *sum*? Como esse sujeito, portanto, se relacionaria no campo do Outro? Lacan retoma, “(...), e de que todo o mundo está de acordo em dizer que ele é fantasmático” (LACAN, 1955, p.52). Logo, se se pensa na existência desse sujeito, até que medida a) a validação que perpassa a dimensão do Outro o qualifica como existente para si e b) isso, em sua estrutura, seria importante? A episteme da psicose aparenta romper com a fidelidade da averiguação da distinção e clareza por um Outro, entretanto, de nada nos impede de pensarmos na psicose com um sujeito atuando, visto que, dessa forma, se é humanizado o *estar* em psicose. Dito isso, é imprescindível assujeitar o psicótico, realçando uma relação humanizada na sua representação. Por fim, o artigo, logo, impele novos estudos acerca do sujeito na estrutura psicótica.

Referências:

Souza, M.F.G. O sujeito da Psicanálise: Interlocuções de Jacques Lacan com Descartes, a teoria da ciência moderna e o estruturalismo. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2013.

_____. O seminário, livro 3: As psicoses (1955-1956). Tradução de: MENEZES, A. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 20.

HEIDEGGER, M. Nietzsche II (1961). Traduit de l'allemand: Pierre Klossowski. Editions, Gallimard, 1971.

DESCARTES, R. Discurso do Método; As paixões da Alma; Mediações. Tradução de: Corvisieri, E. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção “Os pensadores”).

GONTIJO, E.D. “A abordagem estrutural e a questão do sujeito do ponto de vista da ética”. In: MARI, H.; DOMINGUES, I.; PINTO, J. Estruturalismo, Memória e Repercussões. Belo Horizonte: Diadorim, s/d. p. 153-162.

_____. A ciência e a verdade (1966). In: Escritos. Tradução de: RIBEIRO, V. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964a). Tradução de: MAGNO, M.D. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

DUNKER, C.I.L. Descartes e o método psicanalítico. In: Revista Estudos Lacanianos, Ano I, n. 1, jan./jul. 2008. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/estudoslacanianos>. Acesso em 08/08/2009.